

MENU

Classificados
Colunas
Notícias

ENTRETENIMENTO

Agenda
Garota DeBrasilia

INSTITUCIONAL

Expediente
Fale conosco

UTILIDADES




Canal do Tempo
Escolha uma cidade

09/07/2006 - 09h33

Da Folha de S Paulo

A César o que é de César

Lula promove 6 milhões de eleitores para a classe C



Lula: um governo que melhora a vida dos mais humildes

Lula promove 6 milhões de eleitores para a classe C

Datafolha detecta otimismo de 49% com economia; 37% dizem consumir mais alimentos

Desde 94, nunca foi tão baixo o percentual de eleitores que reclamam do seu atual poder aquisitivo; política "pró-pobre" reduz investimento em obras

FERNANDO CANZIAN
DA REPORTAGEM LOCAL

O governo Lula produziu uma melhora considerável na classificação econômica dos eleitores a partir de 2003, revela pesquisa Datafolha. Cerca de 6 milhões de eleitores saíram da classe D/E. A maioria migrou para a C. Praticamente a metade dos 125,9 milhões de eleitores (49%) considera hoje que sua situação econômica vai melhorar. Ao mesmo tempo, houve um aumento no consumo, sobretudo de alimentos -37% dos eleitores passaram a consumir mais desde 2003. A melhora na renda se dá por uma combinação de cenário econômico positivo e forte aumento do gasto público dirigido aos mais pobres. Na contramão, há queda nos investimentos em infra-estrutura e dúvidas sobre a sustentabilidade da atual política "pró-pobres". Além disso, os maiores aumentos na renda estão, na verdade, concentrados entre os que têm aplicações financeiras (leia textos nas págs. A6 e A7). Mas, em termos gerais, nunca foi tão baixo, desde 1994, o percentual de brasileiros que reclama da insuficiência do seu poder aquisitivo. Hoje, 28% acham "muito pouco" o que a família ganha. Eles somavam 45% antes da posse de Luiz Inácio Lula da Silva. O Datafolha ouviu 2.828 eleitores no país entre 28 e 29 de junho, quando pesquisou a intenção de voto à Presidência. No levantamento, Lula (PT) aparece com 46% e Geraldo Alckmin (PSDB), com 29%. A melhora no consumo e nas expectativas dos eleitores mais pobres explica em grande medida o favoritismo do petista, que hoje venceria no 1º turno. A pesquisa também questionou hábitos de consumo, percepção da situação econômica, nível de renda, posse de bens e condições de moradia. Foi considerado ainda o grau de escolaridade do chefe da família. O cruzamento dos dados permite agrupar os entrevistados em três classes: A/B (48% têm renda familiar mensal superior a cinco salários mínimos), C (68% têm renda de até três mínimos) e D/E (86% têm renda de até dois mínimos). Um dos principais resultados do levantamento é que o total de eleitores na classe D/E diminuiu de 46% para 38% entre outubro de 2002 e agora. A classe C inchou, passando de 32% para 40%. Já a classe A apenas variou de 20% para 22% -dentro da margem de erro da pesquisa, de dois pontos percentuais para mais ou menos. São justamente as classes D/ E e C que concentram as maiores taxas



de intenção de voto em Lula: 54% e 44%, respectivamente; contra 34% na A/B. A pesquisa também questionou os eleitores sobre a participação em programas sociais do governo, como o Bolsa-Família. Os maiores aumentos de consumo (de alimentos, CDs piratas ou perfume, por exemplo) foram detectados entre membros da classe C que participam ou que têm alguém da família incluído nos programas. Entre esses eleitores, 52% consumiram mais alimentos nos últimos três anos, contra 37% na média geral. Os menores percentuais de aumento de consumo foram detectados na classe D/E. Mesmo assim, é aí que está concentrada a maior força eleitoral de Lula e, segundo algumas análises, a maior taxa de aumento da renda nos últimos anos. Dentre os D/E que participam de algum programa social, Lula chega a ter 65% da preferência dos eleitores, contra 27% de Alckmin. Os D/E e C também são os mais otimistas em relação ao futuro.

-
Colaborou MATHEUS PICHONELLI , da Redação

Renda financeira do rico sobe 66%; a do trabalhador, 19%
Beneficiados por altas taxas de juros, rentistas têm ganhos reais superiores aos dos assalariados e atingidos por programas sociais

Setor público gasta com juros o dobro do que coloca em programas sociais como Bolsa-Família e benefícios subsidiados da Previdência

DA REPORTAGEM LOCAL

Ao declarar na semana passada ter R\$ 474,6 mil em aplicações financeiras, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enquadra-se no seleto grupo de brasileiros "rentistas".

Os 10% mais ricos do país e que, como Lula, têm dinheiro aplicado a juros obtiveram um rendimento médio financeiro real (acima da inflação) de 65,8% entre 2001 e 2004.

Já os 20% mais pobres que vivem da renda do trabalho tiveram um aumento nos ganhos de 19,2% no mesmo período.

Ou seja, a renda do trabalho dos 20% mais pobres cresceu menos de 30% do aumento real da renda financeira dos 10% mais ricos do país.

A evolução do ganho financeiro dos mais ricos é ainda quase três vezes superior ao crescimento batizado como "chinês" da renda dos 10% mais pobres entre 2001 e 2004.

No período, a renda desses 10% mais pobres subiu 23,3%, puxada pelos benefícios previdenciários vinculados ao salário mínimo e por programas sociais como o Bolsa-Família, segundo cálculos do economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas.

Os dados sobre a enorme diferença do crescimento da renda do trabalho entre os mais pobres e os ganhos financeiros dos mais ricos foram elaborados pelo economista Marcio Pochmann, da Unicamp.

Os resultados mostram também que nos últimos dez anos os ganhos obtidos pelos mais ricos com outras formas de renda (juros, lucros, aluguéis) cresceram a um ritmo 4,9 vezes acima do da renda do trabalho.

"Os números revelam não ser exatamente verdade que o governo Lula faz uma opção só pelos pobres", diz Pochmann. Hoje, os R\$ 80 bilhões que o governo gasta com 30 milhões de benefícios subsidiados totalmente (como o Bolsa-Família) ou parcialmente (alguns itens da Previdência) equivalem apenas à

metade do que todo o setor público compromete para pagar em juros de sua dívida.

Por causa dos altos juros, os R\$ 474,6 mil de Lula no banco, por exemplo, chegam a render mais de dez salários mínimos por mês se estiverem aplicados a uma provável taxa de juros mensal ao redor de 1%.

Os juros pagos aos "rentistas" já se aproximam de tudo o que se arrecada em impostos. Em 2005, a carga tributária atingiu 36,5% do PIB (Produto Interno Bruto). A carga financeira apropriada pelos "rentistas", 32%. (FERNANDO CANZIAN)

Gasto público puxa a renda dos pobres; verbas para investimentos diminuem
DA REPORTAGEM LOCAL

Uma combinação de mais gastos diretos do Orçamento dirigidos aos pobres e de cortes em investimentos em infra-estrutura, além de um cenário econômico positivo, explica a melhora na renda do eleitor.

À frente estão os benefícios fortemente subsidiados pagos pela Previdência e vinculados ao salário mínimo e a programas sociais como o Bolsa-Família. Os reajustes do salário mínimo acima da inflação (32,2% desde 2003), mais empregos (3,9 milhões formais), mais oferta de crédito e a queda da inflação (de 9,3% em 2003 para 4,5% projetados este ano) também têm forte peso.

Dados do setor de alimentos são eloquentes sobre os efeitos do aumento real do salário mínimo sobre a renda.

Em maio, quando beneficiários da Previdência e trabalhadores receberam o novo mínimo de R\$ 350 (que subiu 13,4% reais a partir de abril), as vendas do setor cresceram a uma velocidade muito superior a da variação geral detectada nos primeiros cinco meses do ano.

Analistas ouvidos pela Folha não acreditam, porém, que essa mesma conjuntura prevaleça em 2007.

Enquanto cresce o dinheiro repassado diretamente pelo governo à população, os investimentos em infra-estrutura têm ido na direção contrária. Eles somam hoje 3% do gasto não-financeiro da União.

Estudo feito pelo Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) mostra que os níveis de acesso a esgoto, coleta de lixo e água estagnou ou diminuiu nos dois primeiros anos do governo Lula para as famílias com renda per capita até meio salário mínimo. Isso ocorreu na média das dez principais regiões metropolitanas.

Renata Bichir, uma das autoras do estudo, diz que a melhora da renda entre os mais pobres é incontestável. Sobre a queda nos investimentos, ela avalia ser uma "escolha política do governo em um cenário de "cobertor curto"".

Segundo cálculos do especialista em contas públicas Raul Velloso, o Brasil paga hoje cerca de 30 milhões de contracheques a pessoas incluídas em programas totalmente subsidiados, como o Bolsa-Família, e fortemente subsidiados e indexados ao mínimo, como as aposentadorias rurais.

Os benefícios são considerados subsidiados porque quem recebe geralmente não contribuiu com a Previdência.

Os 30 milhões de contracheques pagos pelo governo sobem ano a ano e equivalem hoje a R\$ 80 bilhões/ano, ou 21,4% do gasto não-financeiro. (FCZ)

Links Patrocinados:

Classificados grátis

Faça bons negócios! Anuncie seus produtos gratuitamente.

www.debrasilia.com

Design Gráfico

Cartões de visita por R\$ 80,00. Impressos em geral.

www.designgrafico.com.br
